

A NECESSIDADE DE SE ESTIMULAR O ENSINO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL JUNTO AOS DOCENTES

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar ¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte do Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação da Rede PROFNIT, campo Focal da Universidade Federal do Piauí. Conforme dados recentes apresentados pelo Índice Global de Inovação, divulgados em 2020, o país está numa posição bem distante das demais potências mundiais, em contraste com esses dados, o Brasil encontra-se numa posição privilegiada, quando se trata de produção científica. Martins (2010) acredita que uma das questões que influenciam a posição do Brasil está no fato da grande maioria dos pesquisadores não terem um conhecimento mais aprofundado acerca propriedade intelectual e leis voltadas para área da inovação.

A lacuna a ser preenchida com este projeto também é oriunda da necessidade identificada junto aos docentes no que diz respeito a proteção de propriedade intelectual em seu dia a dia, tal lacuna tornou-se mais evidente à medida que a tecnologia adentrava no espaço ensino-aprendizagem, principalmente, com a necessidade de reinvenção por meio híbrido, devido a pandemia do Covid-19 e seu impacto direto na educação.

¹ Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT/UFPI
Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – UNIP;
Especialista em Docência do Ens.Superior e Metodologias Ativas do Aprendizado – EDTECH
DESCOMPLICA;
Especialista em Direito Digital e Compliance – EDTECH DESCOMPLICA
MBA em Gestão Executiva da Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual – UNIBF;
Graduando do Curso de **Pedagogia** da União Brasileira das Faculdades – UNIBF;
Pesquisadora Bolsista da Fundação de Amparo e Pesquisa do Piauí – FAPEPI/PI;
dandarascarlet@gmail.com

Identificou-se que a maioria dos materiais encontrados com essa abordagem são voltados para profissionais da área do direito. Assim, a elaboração de um Manual de PI voltado para docentes e com conhecimentos específicos é uma ferramenta, que tem um impacto bastante relevante no processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos docentes pesquisadores das instituições de ensino superior.

O manual será trabalhado em formato E-book, com publicação em editora nacional, a Amplla Editora, sediada em Campina Grande-PB, realizando o devido registro junto a Câmara Brasileira do Livro para gerar o *International Standard Book Number*-ISBN, além de registrar o *Digital Object Identifier* – DOI e a Ficha Catalográfica necessária.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Como resultado do Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT/UFPI, será desenvolvido um manual com caráter educativo e focado em propriedade intelectual, para profissionais da educação. A figura 1 explicita as etapas bases até a construção do manual:

Figura 1 – Etapas metodológicas para a elaboração do manual



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

REFERENCIAL TEÓRICO

Dornelas, (2016), afirma que na última década ocorreram inúmeras ações voltadas para o empreendedorismo, mas o ato de criar empresas, não quer dizer que a economia vá se desenvolver na mesma velocidade, só se este estiver focado nas mais recentes oportunidades de mercado. Tal questão ficou mais evidente no Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que deu origem a conceituações acerca do empreendedorismo.

Boff; Pimentel, (2012) definem a Propriedade Intelectual como “uma casta de propriedade que é garantida pelo Estado como uma responsabilidade social. Uma das dimensões dessa função é servir de instrumento da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para assegurar a proteção de resultados [...]”. Com as ICTs um dos participantes imprescindíveis nesse processo, pois geram, por meio da Pesquisa e Desenvolvimento, produtos e procedimentos atualizados que necessitam de uma liberação acentuada de valores para a efetiva realização. Normas e políticas públicas voltadas para PI e P&D nas mais diversas camadas visam oferecer uma base mais solidificada as inúmeras iniciativas governamentais e institucionais.

Esse panorama geral permite considerar também que o processo empreendedor que tem essa natureza tecnológica, se constitui essencialmente distinto das formas mais tradicionais de empreendedorismo. Conforme Lemos (2009), o fenômeno empreendedor em questão diferencia-se de outras formas de empreendedorismo uma vez que a concepção, o planejamento e a gestão dos empreendimentos originados de ciência e tecnologia têm natureza, características e motivações diferentes daqueles sem dependência do conhecimento científico-tecnológico.

Assim, do mesmo modo que se deve considerar que diferentes formas de empreendedorismo ilustrem diferentes perfis de empreendedores (Thornton et al., 2011), é plausível sugerir que a natureza dos empreendimentos tecnológicos envolva também uma maturação mais complexa do próprio processo de ação empreendedora.



Partindo das reflexões anteriores e voltando a atenção para os docentes como um todo, ressalta-se que grande maioria ainda visualiza a questão do ato de ensinar, apenas como repassar o conteúdo em modelos de aulas totalmente expositivas, sem aplicar as inúmeras inovações e materiais tecnológicos desenvolvidos, mantendo certo conservadorismo. Nogueira e Oliveira (2011, p.10) reiteram que:

O conservadorismo não significa que em geral os professores negligenciem a qualidade do ensino, mas que, de certo modo, não tem incentivos para desenvolver a sua capacidade pedagógica e que, muitas vezes, nem dispõe de informação complementar necessária para a solução de problemas concretos, estruturando racionalmente os conhecimentos que vai adquirindo, entrelaçando o que lhe é transmitido com o que ele próprio procura. Sendo assim, o ensino passa a ser mais do que a transmissão de conhecimento. Passa a exigir a utilização de métodos e de ferramentas para o desempenho desse papel ativo. Dessa forma, a atenção principal na ação educativa transfere--se, em grande parte, do ensino para a aprendizagem. Assim, o docente, mais do que transmissor de conhecimento, é um facilitador da aprendizagem.

Com as demandas crescentes por maior inovação tecnológica e revolução dos modelos anteriores de ensino e pesquisa, é imperioso que as questões acerca da propriedade intelectual, gestão da inovação e empreendedorismo científico expandam-se também por meio do conhecimento, assim, os educadores são peça-chave para difusão de um ensino inovador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo gerará um material didático para fora do profnit, o manual será intitulado “MANUAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA DOCENTES”, composto de capa, contracapa, ficha técnica, sumário e com no mínimo 50 páginas. Para que se alcance o resultado pretendido com este produto, será aprofundada a pesquisa bibliográfica e documental.

A primeira parte do Manual abordará as questões propedêuticas acerca da propriedade intelectual e empreendedorismo. Após a apresentação inicial, a segunda parte versará sobre o direito autoral, com seus aspectos introdutórios, a proteção das obras, dos direitos morais, e morais autorais, dos direitos patrimoniais autorais, aqueles que abrangem direitos conexos e as sanções que podem ocorrer se aplicados incorretamente na profissão do educador.

A terceira parte do Manual irá adentrar na temática da propriedade industrial, trazendo inicialmente as questões introdutórias, seguindo para apresentação de patentes de invenção e modelos de utilidade, desenhos industriais, marcas, indicações geográficas e por fim, questões mais pertinentes ao dia a dia do profissional enquanto professor, pesquisador e empreendedor.

No desenvolvimento do manual, há bastante preocupação com todos os itens citados acima, pois é imperioso que os conteúdos sejam criteriosamente analisados, para que a investigação resulte no emprego correto junto do contexto que é pedido. Ainda que todo o assunto abordado esteja exposto de forma clara e concisa, ele tem que ser uma ferramenta tecnológica com aplicabilidade, sendo validado quando inserido no ambiente educacional através dos sujeitos participantes deste, para que se obtenha o resultado esperado na formação do professor empreendedor.

Assim, conforme (DA CUNDA et.al, 2021, p. 21-22).

O professor empreendedor, mais do que um professor, um educador empreendedor, será aquele que, formado para articular as diferenças, necessariamente convidará os estudantes a não deixarem de participar de interações individuais e coletivas, e a descobrirem que não estão separados dos diferentes sistemas de poder, da convivência com as mudanças e também das dúvidas. Esse professor considerará um contexto que também articula o espaço para o erro e para a tomada de decisões autônomas, visando, simultaneamente, a um alinhamento com a tecnologia, a comunicação e a linguagem. Em consequência, os discentes serão educados, sobretudo, na arte de ouvir, situados em um novo momento do processo de ensino e de aprendizagem, no qual sempre devem servir à formação de um pensamento crítico, social, inovador e criativo.

É fundamental a realização de um exame mais aprofundado acerca das propostas de criação de um “processo de “colonização do futuro” que possa vir a envolver a responsabilidade de deixar um “rastro saudável, sustentável” para as próximas gerações”. (TEIXERIRA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de publicar constantemente artigos, algo corriqueiro no dia a dia acadêmico, não protege por si só todo conhecimento técnico produzido. Ocorre uma limitação envolta somente no que diz respeito a proteção literária. Assim, para que ocorra uma maior camada de proteção, é preciso que seja estabelecido o desenvolvimento de

um agrupamento de informações e utilização de técnicas que visam o uso e estabelecimento de ações de maior grau efetivo, para que se tenha a mínima condição de estudos de viabilidade ou não de futuros depósitos de patente e demais formas de proteção da propriedade intelectual e industrial.

No decorrer da pesquisa bibliográfica dos inúmeros autores referenciados anteriormente, constatou-se que ainda há uma grande parcela de acadêmicos, empreendedores e docentes que desconhecem a temática trabalhada, existindo certa dificuldade de encontrar material e cursos voltados para aqueles que desenvolvem pesquisas e lecionam, pois boa parte dos livros são direcionados para profissionais da área jurídica, deixando o público-alvo sem tantas opções.

Assim, com base no resultado dos estudos, o manual de Propriedade Intelectual pode ser um valioso instrumento de apoio, implemento e avanço da cultura da apropriação da produção do intelecto e da promoção do despertar para a transformação do conhecimento em ativo, propulsionando o desenvolvimento tecnológico, gerando renda, emprego e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave: Resumo expandido; Propriedade Intelectual, PROFNIT, Docentes, UFPI.

REFERÊNCIAS

AMORIM-BORHER, M. B. Formação e Capacitação de Profissionais para a área de PI e Inovação: desafios para a estruturação de programas acadêmicos e treinamentos gerenciais. XI REPICT, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 13 dezembro. 2021.

ASHTON, Kevin. A história secreta da criatividade. Rio de Janeiro: Sextame, 2016.

ARASTI, Zahra; FALAVARJANI, Mansoreh Kiani; IMANIPOUR, Narges. A Study of Teaching Methods in Entrepreneurship Education for Graduate Students. Higher Education Studies, v. 2, n.1,p. 1- 10, 2012. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/hes/article/view/13103>. Acesso em 20 out 2021



BAKAR, Rosni, ISLAM, Aminul Md.; LEE, Jocelyne. Entrepreneurship Education: experiences in selected countries. *International Education Studies*, v.8, n.1,p. 88-99, 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/270220278_Entrepreneurship_Education_Experiences_in_Selected_Countries. Acesso em: 20 out. 2021.

BARDINI, Beatriz Pereira Zago et al. Professor empreendedor: um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas na educação profissional durante o ensino remoto. 2021.

BARROS, Carla Eugênia Caldas. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. 1ª. ed. Aracaju: Evocati. Editora, 2007

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. p. 44

BRASIL. Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional. 1998a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm. Acesso em: 09 março de 2022.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de Maio de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em 20 de março de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional. 1998b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 09 março de 2022.

BRASIL. Lei n. 13.243/2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, janeiro 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 30 março. 2022

BOTTENTUIT JR., J. B.; COUTINHO, C. P. Comunicação Educacional: do modelo unidirecional para a comunicação multidirecional na sociedade do conhecimento. Comunicação apresentada no Vº Congresso da SOPCOM, Braga: Universidade do

Minho, 2007. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/5sopcom/article/viewFile/168/164>. Acesso em: 25 nov 2021.

CARVALHO, Nuno Tomaz Pires. O sistema brasileiro de patentes: o mito e a realidade. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, out/dez. 1983.

CASTRO, B. S. D.; SOUZA, G. C. D. **O papel dos núcleos de inovação tecnológica (nits) nas universidades brasileiras | the role of technological innovation centers in brazilian universities**. Liinc em Revista, v. 8, n. 1, 2012. ISSN 1808-3536. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3345>>. Acesso em: 18 out 2021.

DA CUNDA NASCIMENTO, Belmiro José; GIRAFFA, Lucia Maria Martins. Professor empreendedor: do mito ao fato. 2021.

Damnjanovic, V., Jovanovic, M., & Rakicevic, J. (2019). Putting Triple Helix into Action: Evidence from Serbia. The European Triple Helix Congress (ETHAC2019) Responsible Innovation & Entrepreneurship

DI BLASI, G. A **propriedade industrial: os sistemas de marcas, patentes e desenhos industriais analisados a partir da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BOFF, Salete Oro; PIMENTEL, Luiz Otávio. O. Propriedade do Conhecimento Científico e Tecnológico. Tradução da conferência apresentada no Congresso Hacia um Instrumento Regional Interamericano sobre La bioetica: Experiencias e Expectativas, na Universidade Nacional Autônoma do México, Cidade do México, Acesso em: 05 abr 2022.

DORNELAS, J. E. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. São Paulo: Atlas, 2016.

DOS SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanardo, A cooperação entre universidade e empresa: Um estudo em empresas intensivas em conhecimento de Porto Alegre(RS): **Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 2, n. 2, p. 155-168, set. 2013. / ISSN 2316-5537



COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. – 23. ed. – São Paulo : Saraiva, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 175p.

HENGEMÜHLE, Adelar. Desafios educacionais na formação de empreendedores. Porto Alegre: Penso, 2014.

INPI. Indicadores de Propriedade Industrial 2020: o uso do sistema de propriedade industrial no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/estatisticas-e-estudos-economicos/arquivos/estatisticas-preliminares/rankdepositantesresidentes-2020.pdf> . Acesso em 14 .dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI). Serviços. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/>. Acesso em: 20 março. 2022.

Kline, J. e Rosenberg, N. (1986). An overview of innovation in r. landau and n. rosenburg (eds) the positive sum strategy: Harnessing technology for economic growth washington dc.

Landström, H.; Harirchi, G.; & Aström, F. (2012) Entrepreneurship: Exploring the knowledge base. Research Policy, 41, 1154-1181.

LEMOS, R. Propriedade Intelectual. 2011. 180f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2011.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

MCTIC. Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, 2018.

Disponível

em:<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2018.pdf>. Acesso em: 24 de março 2022.

OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation. 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological



and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264304604-en>. Acesso em: 24 de março 2022.

PEREIRA, C. de S.; SILVA, V. C.; MOREIRA, W. A. de O. A contabilidade como protagonista na gestão de microempresas individuais, *Diálogos em Contabilidade: teoria e prática* (Online), 1 ed., [S.l.], p. 1 24 nov. 2021.

PORTAL CAMARA DOS DEPUTADOS. Alvará de 28 de abril de 1809, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/antioresa1824/alvara-40051-28-abril-1809.-571629-publicacaooriginal-94774-pe.html> . Acesso em: 24 de março 2022.

PROFNIT – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO. Rede PROFNIT. 2021. Disponível em: <http://www.profnit.org.br/pt/sample-page/>. Acesso em: 10 de março 2022.

RUSSO, S. L. et al. Propriedade intelectual, tecnologias e inovação. Aracaju: Capacite, 2018. 399p.

SABINO, V.; KON, F. Licenças de software livre: história e características. São Paulo: Centro de Competência em Software Livre, Universidade de São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <http://ccsl.ime.usp.br/files/relatorio-licencas.pdf> . Acesso em: 15 de março 2022.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2001

SILVEIRA, Newton. Propriedade Intelectual. 5ª ed. São Paulo: Manole. 2014

SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 9. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2007. 529 p.

Shane, S. & Venkataraman, S. (2000) The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *Academy of Management Review*, 25, 1, 217-226, 2000.

TAKAGI, Y.; ALLMAN, L.; SINJELA, M. A. *Teaching of Intellectual Property: Principles and Methods*. Nova York: Cambridge University Press, 2008. 333p.



TEIXERIRA, Carlos. Teach The Future: O desafio de colocar o futuro no centro das prioridades educacionais. 2021. Disponível em: <https://futurotopia.com/2021/04/27/rosa-alegria-o-desafio-decolocar-o-futuro-no-centro-das-prioridades-educacionais/>. Acesso em: 28 março. 2022.

THORNTON, P. H.; RIBEIRO-SORIANO, D.; URBANO, D. Socio-cultural factors and entrepreneurial activity: An overview. *International Small Business Journal*, v. 29, n. 2, p. 105-18, 2011.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Portal. 2021. Disponível em: <http://www.wipo.int/portal/en/index.html>. Acesso em: 01 de abril de 2022.